

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 116 – 14/10 a 18/10/2019

## Sumário

- ✘ *Destaque da Semana*
- ✘ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✘ *Notícias do Executivo*
- ✘ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✘ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✘ *Outras Notícias*
- ✘ *Atos Normativos*
- ✘ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Governo abre consultas públicas sobre NRs, programas e regras trabalhistas](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 18/10/2019

Com o objetivo de estimular o mercado de trabalho e gerar mais empregos, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia abriu dois processos de consultas públicas para atualizar, simplificar e adequar 87 atos normativos. Assinado pelo secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, o aviso foi publicado na edição desta sexta-feira (18) do Diário Oficial da União (DOU).

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## **Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)**

### [Ministro determina suspensão de processo que discute turnos alternantes de trabalho na Fiat Chrysler](#)

Supremo Tribunal Federal - 18/10/2019

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a tramitação de um processo na Justiça do Trabalho em que se discute a validade de cláusula de acordos coletivos de trabalho celebrados entre a FCA – Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda. e o Sindicato dos Metalúrgicos que estabelece turnos alternantes de trabalho. Ao deferir medida liminar na Reclamação (RCL) 37269, o ministro suspendeu também os efeitos de decisão da 4ª Vara do Trabalho de Betim (MG) que havia marcado para junho de 2020 uma audiência de conciliação no processo.

### [Ministro suspende decisão sobre utilização da TR na correção de saldo do FGTS](#)

Supremo Tribunal Federal - 14/10/2019

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu decisão da 2ª Turma Recursal da Justiça Federal do Pará que manteve a utilização da Taxa Referencial (TR) como índice para a atualização monetária de valores depositados nas contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A decisão liminar foi tomada na Reclamação [\(RCL\) 37278](#).

### [Especialistas falam sobre enfrentamento e superação da violência no trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/10/2019

A programação do segundo dia do 5º Seminário Internacional do Trabalho Seguro reuniu nesta quinta-feira (17) no Tribunal Superior do Trabalho especialistas brasileiros e estrangeiros para discutir o tema central do encontro: a violência no trabalho e as formas de enfrentamento e de superação do problema. Eles expuseram seus pontos de vista em duas conferências e em dois painéis.



## **Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)**

### [Aviso-prévio indenizado não integra salário de contribuição para o INSS](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/10/2019

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a incidência da contribuição previdenciária sobre o aviso-prévio indenizado devido pela White Martins Gases Industriais Ltda. a um mecânico aposentado. Segundo a Turma, a parcela não faz parte do salário de contribuição, pois não se destina a retribuir qualquer trabalho.

### [TST rejeita tese de perdão tácito para empregado do BB que cometeu ato ilícito](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/10/2019

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a dispensa por justa causa de um empregado do Banco do Brasil S. A. de União da Vitória (PR) por ato de improbidade. Por unanimidade, foi rejeitada a tese de que o período de oito meses transcorrido entre a conclusão do inquérito e a dispensa não havia configurado perdão tácito. A doutrina do TST é pacífica sobre a necessidade de conceder prazo razoável para as empresas de grande porte e considerável estrutura organizacional apurarem cautelosamente a conduta faltosa do empregado.

### [Legislação brasileira de combate ao trabalho escravo e infantil é inspiração para vencedor do Nobel da Paz](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/10/2019

O indiano Kailash Satyarthi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2014, afirmou que se sente inspirado na legislação brasileira de combate ao trabalho escravo e infantil. Ele promoveu a conferência magna “Da violência à cultura da paz nos ambientes de trabalho” na abertura do 5º Seminário Internacional do Trabalho Seguro.



## **Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)**

### [Férias: tratamento diferenciado em razão da idade fere princípio da igualdade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/10/2019

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o exame do recurso de um ex-empregado da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul que pretendia receber férias em dobro em razão de seu fraquecimento. O pedido se baseava em norma da CLT, revogada pela Reforma Trabalhista, que estabelecia que, no caso de empregados menores de 18 anos e maiores de 50, como seu caso, as férias deveriam ser concedidas de uma só vez. Mas, para a Turma, a previsão é inconstitucional, por criar uma distinção injustificável entre trabalhadores.

### [Gerente portador de hepatite consegue reintegração no emprego](#)

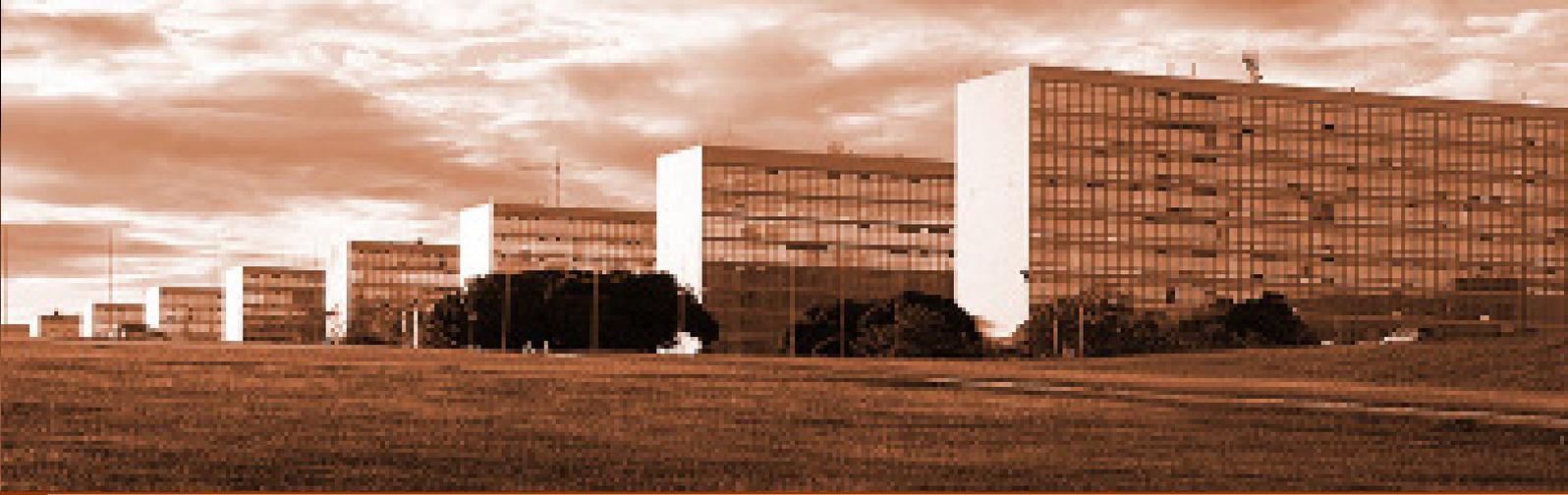
Tribunal Superior do Trabalho - 14/10/2019

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a reintegração ao emprego de um gerente jurídico da GL Eletro-Eletrônicos Ltda., de São Paulo (SP), portador de hepatite C. Por maioria, a Turma seguiu a jurisprudência do TST de que, no caso de doenças contagiosas causadoras de estigma, a discriminação é presumida e cabe ao empregador fazer prova em sentido contrário.

### [Norma interna afasta dispensa imotivada de analista do Sebrae](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/10/2019

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou a dispensa de um analista técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Pará (Sebrae/PA). A Turma seguiu o entendimento do TST de que as normas procedimentais adotadas pelo empregador vinculam a sua atuação. No caso, a entidade editou espontaneamente normas de gestão que impõem limites de observância obrigatória na dispensa dos empregados.



## **Notícias do Executivo**

### [Pela primeira vez em 2019, 27 unidades da federação têm Caged positivo](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 18/10/2019

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de setembro mostram que, pela primeira vez no ano, as 27 unidades da federação registraram saldo positivo na geração de empregos com carteira assinada. O estado de São Paulo teve o melhor desempenho absoluto, com 36.156 novas vagas. A maior variação percentual ocorreu em Alagoas, que atingiu 4,95%, resultado de 23.683 admissões e 7.154 demissões. No mês, o Brasil gerou 157.213 vagas de empregos formais, melhor resultado para setembro desde 2013, quando foi registrado resultado positivo de 211.068 vagas.

### [Rais: emprego formal chega a 46,63 milhões em 2018](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 17/10/2019

[Dados da Relação Anual de Informações Sociais \(Rais\)](#), divulgados nesta quinta-feira (17), mostram o crescimento do emprego formal em 2018. O ano passado fechou com 46,63 milhões de vínculos, 349,52 mil a mais do que em 2017, o que corresponde a um aumento de 0,8% nos postos com carteira assinada no país. Nos 12 meses de 2018, o emprego celetista registrou crescimento de 371.392 mil postos, 1,02% a mais do que em 2017.

### [Decreto presidencial regulamenta trabalho temporário no Brasil](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 15/10/2019

O [Decreto 10.060/2019](#), que regulamenta o trabalho temporário no país, foi publicado nesta terça-feira (15) no Diário Oficial da União. Isso significa que a partir de agora, todo o processo de contratação temporária ganha em segurança jurídica. Bom para os empresários, que agora vão atuar sob conceitos claros e objetivos. Melhor ainda para os trabalhadores: a nova regulamentação da [Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974](#), cria um ambiente



## **Notícias do Executivo**

favorável para mais contratações temporárias no país.

### [eSocial vai substituir Caged e Rais](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 15/10/2019

O preenchimento de informações no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) vai mudar. A partir de 2020, as empresas que usam o eSocial não precisarão mais transmitir estes documentos ao Ministério da Economia, que passará a usar uma única base de dados para as estatísticas do trabalho.

### [Ações técnicas no Paraná abordam saúde mental, SST nas escolas e Outubro Rosa](#)

Fundacentro - 18/10/2019

O mês de outubro na Fundacentro (Centro Estadual do Paraná) foi marcado pela realização de diversas atividades técnicas que abordaram saúde mental, saúde e segurança nas escolas e o Outubro Rosa, mês dedicado ao combate do câncer de mama.

### [Palestra sobre Mapeamento de Riscos Ambientais e seus obstáculos no e-Social será realizada no DF](#)

Fundacentro - 16/10/2019

A Fundacentro (Centro Regional do Distrito Federal) promoverá no dia 30 de outubro, das 13h30 às 17h30, mais um Ciclo de Palestras sobre Segurança e Saúde no Trabalho do Distrito Federal, o tema desta edição será sobre “Mapeamento de Riscos Ambientais e seus obstáculos no e-Social”, o qual será realizado no auditório da regional localizado no Setor de Diversões Sul, Quadra 4 – Bloco A-J – Edifício Boulevard Center – 5º andar – Asa Sul – Brasília – DF.

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

## **Notícias do Ministério Público do Trabalho**

### [MPT destaca direito de PcDs ao trabalho em congresso](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/10/2019

O direito da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho foi um dos assuntos que o Ministério Público do Trabalho (MPT) apresentou durante o XV Congresso Nacional das Associações Pestalozzi, na última segunda-feira, 14, em Maceió. O evento reuniu instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil para discutir os avanços e desafios na autonomia de pessoas com deficiência.

### [MPT defende convenção 158 da OIT que veda demissão sem justa causa](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/10/2019

O Ministério Público do Trabalho (MPT) participou, nesta terça-feira (16), de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, sobre a Convenção Internacional 158/1982 da Organização Mundial do Trabalho (OIT). A convenção veda a demissão de trabalhadores por iniciativa do empregador, exceto em situações particulares. O procurador do MPT e atual coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET), Tadeu Henrique Lopes da Cunha, representou o MPT no debate e defendeu a norma internacional.

### [MPT e parceiros lançam campanha #AprendizagemTransforma](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/10/2019

O Ministério Público do Trabalho (MPT), com a Justiça do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho no Brasil, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fnpeti) e Inspeção do Trabalho (SIT), lançam nesta terça-feira (15), campanha em defesa da aprendizagem profissional como instituto eficaz para o combate e a prevenção do trabalho infantil no país, inclusive no tráfico de drogas.

# Auditor Fiscal do Trabalho

## **Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho**

### [5º Seminário do TST chama a atenção para a acentuada desvalorização institucional da segurança dos trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/10/2019

Durante a abertura do 5º Seminário Internacional do Trabalho Seguro, o diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – Enamat, ministro Luiz Philippe Vieira de Mello, ressaltou a relevância do tema para o contexto atual do País. “Em nenhum outro momento assistiu-se a um desvalor institucional pela segurança dos trabalhadores tão acentuado”, afirmou. “A extinção formal do Ministério do Trabalho e a dispersão administrativa de suas estruturas de regulamentação e Fiscalização do Trabalho são exemplos emblemáticos de que o mundo do trabalho, embora ocupe a centralidade na vida das pessoas, parece não mais ser o centro das políticas públicas nacionais. Precisamos nos ancorar nas mais importantes referências internacionais para mantermos o rumo seguro da saúde e da segurança no trabalho”.

### [Nada sobre a Inspeção do Trabalho sem os Auditores-Fiscais do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/10/2019

O conjunto de dificuldades que a Auditoria-Fiscal do Trabalho vem enfrentando ao longo do tempo tem produzido situações cada vez mais constrangedoras para os Auditores-Fiscais do Trabalho e também para outros atores do mundo do trabalho. Além de comprometer a ação do Estado, prejudica os trabalhadores, parte mais frágil e vulnerável nas relações de trabalho.



## **Outras Notícias**

### [Não cabe ao Judiciário questionar termos de acordo extrajudicial](#)

Consultor Jurídico - 19/10/2019

No caso de acordo extrajudicial entre empregador e empregado, não cabe ao Judiciário questionar a vontade das partes envolvidas e do mérito do acordado. De acordo com o ministro Ives Gandra Martins da Silva Filho, do Tribunal Superior do Trabalho, o Judiciário só tem duas opções nesses casos: homologar ou não homologar o acordo. “Não lhe é dado substituir-se às partes e homologar parcialmente o acordo se este tinha por finalidade quitar integralmente o contrato de trabalho extinto”, afirmou.

### [Especialistas elogiam decreto que regulamenta trabalho temporário](#)

Consultor Jurídico - 19/10/2019

O presidente Jair Bolsonaro assinou decreto que regulamenta o trabalho temporário previsto na Lei Federal nº 6.019/1974. A normativa foi publicada nesta terça-feira (15/10) e já está em vigor.

### [TST regulamenta utilização do seguro garantia judicial](#)

Consultor Jurídico - 18/10/2019

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho publicaram nesta quinta-feira (17/10) um [provimento](#) que passa a regulamentar a utilização do seguro garantia judicial na esfera trabalhista, tanto no que se refere à fase de execução quanto para efeitos de depósito recursal.

### [Pequenos negócios foram responsáveis por 75% das vagas criadas em setembro](#)

Poder 360 - 19/10/2019

De acordo com o Sebrae, no acumulado deste ano até setembro, os pequenos negócios do setor de serviços puxaram a geração de empregos no país, criando mais de 382,5 mil novas vagas. O destaque fica com as micro e pequenas empresas da construção civil, com 109,6 mil novas contratações.



## Atos Normativos

[DECRETO Nº 10.060, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU 15/10/2019 Seção I Pág. 10) - Regulamenta a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário;

[PORTARIA Nº 1.127, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU 15/10/2019 Seção I Pág. 26) - Define as datas e condições em que as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas CAGED e RAIS serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial. (Processo nº 19965.103323/2019-01);

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.911, DE 11 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU 15/10/2019 Seção I Pág. 27) - Regulamenta a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação;

[NORMA DE EXECUÇÃO Nº 113, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU 16/10/2019 Seção I Pág. 16) - Dispõe sobre a execução da modalidade denominada Qualificação Presencial no âmbito do Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - Qualifica Brasil;

[ATO CONJUNTO TST CSJT CGJT Nº 1, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DEJT 17/10/2019) - Dispõe sobre o uso do seguro garantia judicial e fiança bancária em substituição a depósito recursal e para garantia da execução trabalhista.

[PORTARIA SEPRT Nº 1.152, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU de 18/10/2019 Seção I Pág. 88) - Altera o artigo 1º da Portaria SIT nº 737, de 20 de julho de 2018, publicada no DOU de 24/7/2018, seção 1, página 193;

[RESOLUÇÃO CNDH Nº 10, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU de 18/10/2019 Seção I Pág. 105) - Dispõe sobre a aplicação de sanção de CENSURA PÚBLICA em face de Ronaldo Nogueira de Oliveira, em decorrência de prática de condutas contrárias aos direitos



## Atos Normativos

humanos, pela resistência à divulgação do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo e pela edição da Portaria nº 1.129/2017, enquanto Ministro de Estado do Trabalho;

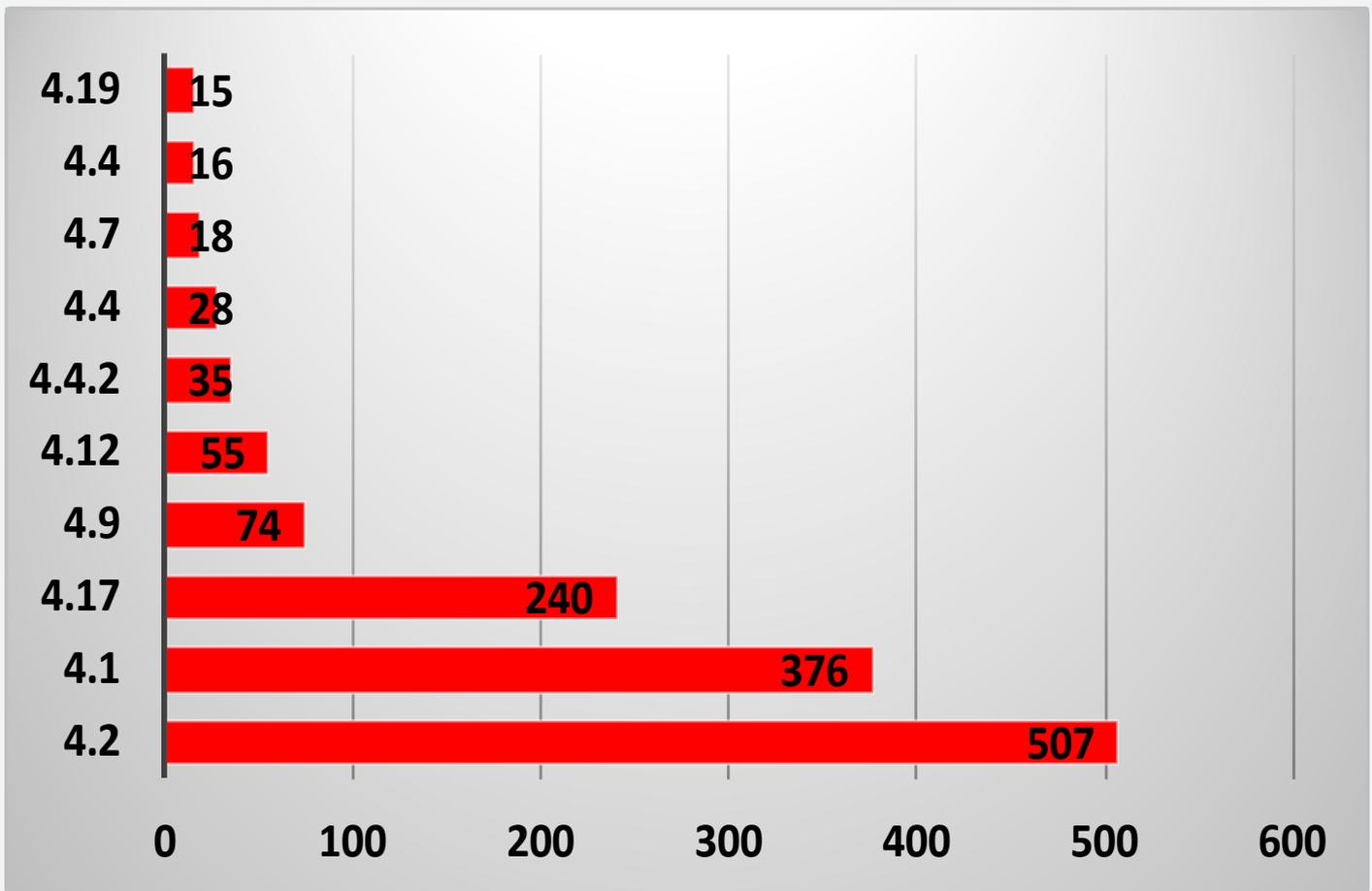
[AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 9/2019](#) (DOU 18/10/2019 Seção III Pág. 34) - Submete à consulta pública a proposta de consolidação de portarias que regulamentam legislação trabalhista, o texto da proposta pode ser acessado no sítio eletrônico: <http://participa.br/secretaria-de-trabalho>.

[DECRETO Nº 10.072, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019](#) (DOU de 18/10/2019 Seção Extra Pág. 01) - Altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.



## Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 04 (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) mais capitulados como “Irregular (Autuação)” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

**Irregular (Autuação):** É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

**4.2.** O dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho vincula-se à gradação do risco da, atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento, constantes dos Quadros I e II, anexos, observadas as exceções previstas nesta NR.

**4.1.** As empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, manterão, obrigatoriamente, Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

**4.17.** Os serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho de que trata esta NR deverão ser registrados no órgão regional do MTb.

**4.9.** O engenheiro de segurança do trabalho, o médico do trabalho e o enfermeiro do trabalho deverão dedicar, no mínimo, 3 (três) horas (tempo parcial) ou 6 (seis) horas (tempo integral) por dia para as atividades dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, de acordo com o estabelecido no Quadro II, anexo, respeitada a legislação pertinente em vigor.

**4.12.** Compete aos profissionais integrantes dos Serviços Especializados em Engenharia

de Segurança e em Medicina do Trabalho:

**4.4.2.** Os profissionais integrantes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho deverão ser empregados da empresa, salvo os casos previstos nos itens 4.14 e 4.15.

**4.4.** Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho deverão ser integrados por médico do trabalho, engenheiro de segurança do trabalho, técnico de segurança do trabalho, enfermeiro do trabalho e auxiliar de enfermagem do trabalho, obedecido o Quadro II, anexo. **(Redação Portaria 11/1990)**

**4.7.** Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho deverão ser chefiados por profissional qualificado, segundo os requisitos especificados no subitem 4.4.1 desta NR.

**4.4** Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho devem ser compostos por Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Técnico de Segurança do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Auxiliar ou Técnico em Enfermagem do Trabalho, obedecido o Quadro II desta NR. **(Redação Portaria 590/2014)**

**4.19.** A empresa é responsável pelo cumprimento da NR, devendo assegurar, como um dos meios para concretizar tal responsabilidade, o exercício profissional dos componentes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em (...)

**Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

**Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT*

**Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*